

Brasília, 08 de julho de 2022.

**Contribuição da Abraceel à Consulta Pública nº 128/2022 do MME  
Temas propostos pela Cpamp para os próximos ciclos de atividades**

**Resumo**

- Consulta Pública para discutir a agenda de trabalhos da Cpamp é medida importante para robustecer a governança da Comissão, e, reconhecendo os avanços realizados recentemente, ainda há espaço para aprimoramentos;
- A visão da Abraceel está em consonância com as sugestões da Comissão de temas de alta prioridade;
- Sugestão que seja considerado como prioritário o aprofundamento de temas pontuados como críticos no ciclo anterior, ou seja, com foco em revisitar os impactos da nova configuração do modelo na estabilidade de solução;
- Novas propostas exigirão grande esforço dos agentes e instituições, por isso, sugerimos uma terceirização do trabalho de rodada dos modelos e simulações, de forma que os agentes contribuam com uma visão crítica em cima de resultados;
- É preciso avaliar de forma conjunta as iniciativas para serem compatíveis com um tempo computacional razoável.

A Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel) apresenta contribuição à Consulta Pública 128/2022 do Ministério de Minas e Energia, que discute os temas propostos pela CPAMP para os próximos ciclos de atividades.

Inicialmente, cabe destacar a importância da presente consulta pública para discutir a agenda de trabalho da Cpamp, frente que atualmente lidera os aperfeiçoamentos metodológicos nos modelos de formação de preços. Trata-se de pleito histórico da Abraceel, que desde a criação da Comissão, vem sugerindo meios para ampliar a participação dos agentes nas discussões. Ao garantir o envolvimento dos agentes na definição da sua agenda, é possível identificar as demandas do mercado e chegar a uma construção conjunta sobre o que é prioritário para aperfeiçoar os modelos.

Inclusive, em dezembro de 2021 a Abraceel em conjunto com a PSR, divulgou amplo estudo sobre aprimoramentos no mecanismo atual de formação de preços. Dentre as 15 propostas de ações buscando as melhorias metodológicas, a abertura de consulta pública para definição da agenda de trabalho da Cpamp foi a primeira priorizada pelos nossos associados, indicando que, robustecer a governança da Comissão é medida fundamental para garantir que os aprimoramentos metodológicos sejam eficazes. Nesse aspecto, cabe reconhecer os avanços realizados recentemente, mas ainda há espaço para aprimoramentos, como a divulgação prévia da agenda e pauta das reuniões e a divulgação célere de extrato das decisões após as reuniões.

A principal contribuição do estudo Abraceel/PSR foi entregar uma agenda propositiva de consenso no mercado, por isso, é elogiável que várias contribuições recebidas previamente pela Cpamp já foram incluídas na análise de temas prioritários para o próximo ciclo de atividades. Assim, a visão da Abraceel está em consonância com as sugestões da Comissão como temas de alta prioridade.

Chamamos atenção apenas, para a complexidade que as novas propostas incorrem, exigindo grande esforço dos agentes e instituições para sua implementação, já que são grandes alterações que seriam discutidas ao mesmo tempo. Dada a agenda desafiadora, sugerimos que seja avaliada uma terceirização para o trabalho de rodada dos modelos e simulações, abrindo assim espaço para que os agentes contribuam com o que é significativo, a visão crítica em cima dos resultados. Como os agentes também sofrem limitações de pessoal e recursos disponíveis, a terceirização permite agregar contribuições ao longo do processo, de forma que o relatório de encaminhamento já seja resultado de uma construção conjunta.

Além dos temas sugeridos pela Cpamp, cabe considerar como tema prioritário a continuidade no aprofundamento dos temas aprovados no ciclo atual, com foco em revisitar os impactos da nova configuração do modelo na estabilidade de solução e reavaliar o número de iterações máximo que atenda minimamente o critério de estabilidade recomendado. Tal questão foi levantada como crítica por diversos agentes na Consulta Pública 121/2022 do MME e apesar de o GT-Metodologia indicar que está avaliando opções junto ao Cepel, é relevante dar prioridade para o tema.

A medida poderia ser prática nos ritos da Cpamp, inspirada nas boas práticas regulatórias, ao ser uma forma de análise de resultado regulatório, analisando após um período da implementação os impactos da nova metodologia e um plano de aperfeiçoamento.

Além disso, com as novas propostas, é preciso avaliar de forma conjunta as iniciativas para serem compatíveis com um tempo de rodada computacional razoável. A evolução metodológica dos modelos deve ser casada com a busca de soluções tecnológicas que a viabilizem, usando ferramentas e softwares que proporcionem agilidade para que as inclusões não onerem demais o tempo computacional a ponto de se tornem inviáveis na prática do mercado.

Atenciosamente,

**Victor Pereira**  
Estagiário

**Danyelle Bemfica**  
Assessora de Energia

**Yasmin Martins**  
Coordenadora de Energia

**Alexandre Lopes**  
Vice-Presidente de Energia